

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL

GABRIEL DE ARAUJO LEAL SILVA

**AGENDA CIDADE TIRADENTES 2030:**  
TERRITORIALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA PERIFERIA

NITERÓI  
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL

GABRIEL DE ARAUJO LEAL SILVA

**AGENDA CIDADE TIRADENTES 2030:**  
TERRITORIALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA PERIFERIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção de título de  
bacharelado em Produção Cultural.  
Orientador: João Luiz Pereira Domingues.

NITERÓI

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586a Silva, Gabriel de Araujo Leal  
AGENDA CIDADE TIRADENTES 2030 : Territorialização dos  
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Periferia /  
Gabriel de Araujo Leal Silva. - 2024.  
57 f.

Orientador: João Luiz Pereira Domingues.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade  
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,  
Niterói, 2024.

1. Políticas públicas. 2. Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável. 3. Cidade Tiradentes. 4. Periferia. 5.  
Produção intelectual. I. Domingues, João Luiz Pereira,  
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de  
Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368



COORDENAÇÃO DE  
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

## ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao dia **trinta de agosto do ano de dois mil e vinte quatro**, às **dez horas**, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense - CEPEX/UFF no 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **Agenda Cidade Tiradentes 2030: Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Periferia**, apresentado por **Gabriel de Araujo Leal Silva**, matrícula **219033075**, sob orientação do(a) **Dr. João Luiz Pereira Domingues**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dr. João Luiz Pereira Domingues**

2º Membro: **Dra. Maria Teresa Mattos de Moraes**

3º Membro: **Bela. Marcele Maria de Oliveira**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

**Com nota final após arguição: 10,0 (DEZ)**

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Joao Luiz Pereira  
Domingues:0880089  
3775

Assinado de forma digital por Joao  
Luiz Pereira  
Domingues:08800893775  
Dados: 2024.08.30 11:42:58 -03'00'

---

**Dr. João Luiz Pereira Domingues**  
Presidente da Banca

GABRIEL DE ARAUJO LEAL SILVA

**AGENDA CIDADE TIRADENTES 2030:**  
TERRITORIALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA PERIFERIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção de título de  
bacharelado em Produção Cultural.  
Orientador: João Luiz Pereira Domingues.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Teresa Mattos de Moraes

---

Bela. Marcele Maria de Oliveira

NITERÓI

2024

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a criação de um curso de políticas públicas na Cidade Tiradentes (SP). Tal iniciativa educacional visa o desenvolvimento de visão crítica e senso político na juventude periférica do bairro da Cidade Tiradentes. Baseado na metodologia proposta pela Casa Fluminense, propõe uma abordagem interseccional e intersetorial entre raça, gênero, economia e clima, como estratégia eficaz de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em âmbito local, através da subprefeitura do distrito de Cidade Tiradentes. Ao fim do curso, pretende-se obter como produto uma agenda de propostas de políticas públicas, denominada “AGENDA CT 2030”, estimulando a participação social da juventude na esfera legislativa. O memorial teórico-conceitual, que antecede o projeto, visa embasar teoricamente, através de artigos, pesquisas e entrevistas com especialistas, a relevância desta monografia projetual.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Periferia, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agendas Locais, Cidade Tiradentes.

## **Lista de siglas**

CT - Cidade Tiradentes

SP - São Paulo

ONU - Organização das Nações Unidas

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

CTA - Centro Temporário de Atendimento

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

ONG - Organização Não Governamental

## Lista de figuras

Figura 1 - Mapa de São Paulo com o bairro da Cidade Tiradentes destacado .....	20
Figura 2 - No primeiro plano aparecem formas de construir moradia fora do padrão dos conjuntos habitacionais que aparecem no fundo .....	21
Figura 3 – Visualização de edificações da COHAB (plano elevado da imagem) e de outras formas construídas de diferentes modos (plano baixo da imagem) .....	21
Figura 4 - Conjuntos habitacionais da COHAB na Cidade Tiradentes .....	22



## SUMÁRIO

Considerações iniciais .....	9
<b>MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>12</b>
<b>1. Agenda 2030 e Agendas Locais: A importância da participação social.....</b>	<b>13</b>
<b>2. Cidade Tiradentes, subprefeituras e políticas setoriais .....</b>	<b>20</b>
<b>3. Juventude e políticas públicas .....</b>	<b>25</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>31</b>
<b>Referências .....</b>	<b>32</b>
<b>2. PROJETO CULTURAL.....</b>	<b>35</b>
Resumo .....	37
Apresentação.....	38
Objetivos gerais .....	39
Objetivos específicos .....	39
Justificativa .....	40
Acessibilidade .....	42
Democratização.....	43
Plano de trabalho.....	44
Histórico do coletivo.....	48
<b>ANEXO 1 – Plano Pedagógico .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO 2 – Orçamento.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO 3 – Cronograma.....</b>	<b>55</b>

## **Considerações iniciais**

Este projeto tem como objetivo a execução do Curso de Políticas Públicas Cidade Tiradentes 2030, destinado a moradores do bairro localizado no extremo leste da cidade de São Paulo. Ao utilizar como base a metodologia do “Guia Para Agendas Locais 2030”, proposto pela Casa Fluminense, busca obter, como produto final, a AGENDA CT 2030, um documento de diretrizes para orientar a formulação de políticas públicas para a região.

A Cidade Tiradentes é um bairro do extremo leste paulistano, cujo solo urbano mostra intenso financiamento estatal nas formas de moradia, por intermédio de conjuntos habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), mas que, ao longo dos anos, também recebeu grande quantidade de ocupações irregulares em terrenos ociosos, que caracterizam, hoje, cerca de 17 favelas, se tornando o maior conjunto habitacional da América Latina, com 237.872 mil habitantes, segundo dados do Sistema Seade de projeções populacionais de 2021 (SEADE, 2021). A alta concentração populacional, juntamente com uma das maiores taxas de crescimento populacional da cidade de São Paulo, resulta em graves problemas sociais, expondo grande parcela da população a uma situação de vulnerabilidade.

Com isso, objetiva-se criar o Curso de Políticas Públicas, dirigido a jovens periféricos, lideranças comunitárias, militantes e ativistas em prol da periferia, a fim de desenvolver suas habilidades de formulação, debate e monitoramento de políticas públicas no bairro da Cidade Tiradentes. Portanto, é uma iniciativa que busca fortalecer e fomentar a existência de grupos, movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil.

Dado o contexto de vulnerabilidade socioeconômica, violência institucionalizada e aprofundamento das desigualdades que a população do bairro está exposta, o Curso de Políticas Públicas visa à promoção de um ambiente de acesso a conhecimento e troca de experiências, fortalecendo lideranças sociais para a defesa de causas nos seguintes eixos temáticos: justiça econômica, justiça racial, justiça de gênero e justiça climática.

A formação acontecerá semanalmente, aos sábados, em formato itinerante, abrangendo diferentes áreas do bairro e reconhecendo as particularidades de cada uma delas. As aulas serão ministradas por líderes locais, professores e pessoas envolvidas politicamente nos poderes legislativo e executivo do município de São Paulo e da subprefeitura da Cidade Tiradentes.

Serão oferecidas 30 vagas para a formação, com carga horária de 60h, distribuídas em três ciclos formativos. A estrutura do curso será a seguinte: 1. Formação do bairro; 2.

Democracia e Participação Popular; 3. Políticas Setoriais, sendo este último subdividido nos eixos temáticos de raça, gênero, economia e clima.

Como resultado do Curso de Políticas Públicas, almeja-se a elaboração da AGENDA CT 2030, documento que tem como meta formular propostas de políticas públicas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, com uma atenção especial às necessidades e prioridades locais. Essa iniciativa visa contribuir significativamente para a redução da violência e assegurar, de forma abrangente, o direito à cidade para os moradores do bairro da Cidade Tiradentes.

Este trabalho trata-se de uma monografia projetual, cujo objetivo é correlacionar a fundamentação teórica com um projeto executável no distrito da capital paulistana. No primeiro momento, no relatório técnico, abordarei pensadores que dialogam com a viabilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e mundo, a fim de estruturar um arcabouço teórico que dialogue com a estruturação do curso de políticas públicas. Em seguida, no segundo capítulo, trago dados que evidenciam a ausência de políticas públicas na realidade da Cidade Tiradentes e justificam quais setores devem receber ênfase na criação do plano pedagógico que encabeça a formação de jovens, militantes e representantes da sociedade civil. Finalmente, no terceiro capítulo, demonstro a relação entre a política institucional e a juventude, justificando o porquê deste ser o público alvo deste projeto e as potencialidades desta ação.

Na segunda parte do trabalho, que se trata do projeto cultural, abordarei, de forma adaptada aos moldes do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, da prefeitura de São Paulo, a fundamentação da proposta, a partir dos itens necessários à sua elaboração, tais como: resumo, apresentação, objetivos, justificativa, estratégias de ação, democratização, acessibilidade, cronograma e orçamento. Ainda, ao final, consta um programa de aulas para o curso, baseado nos índices levantados durante a pesquisa.

Todo o conteúdo abordado dialoga com a formação obtida na formação em produção cultural, tanto nos eixos técnicos de elaboração de projetos culturais quanto na base bibliográfica que dialoga principalmente com as disciplinas de políticas públicas, memória e patrimônio e gestão cultural.

O tema também foi aguçado pela urgência da crise climática, que afeta diversos setores da sociedade, inclusive o setor cultural, além de ações culturais, das quais fiz parte durante minha formação e atuação no mercado profissional, que, de forma interseccional, dialogam com o meio ambiente, raça, gênero, economia e políticas públicas. Exemplos são: a Casa Fluminense e o Fórum Rio, que impulsionam, através de formações, editais e eventos, a

criação de Agendas Locais em bairros e municípios do Rio de Janeiro e o debate sobre os eixos temáticos, e o projeto Fogão Verde, que encabeço desde o início da graduação, em que abordo questões vinculadas à sustentabilidade pelo viés da alimentação vegetal. Através desta iniciativa, desenvolvi ações em territórios periféricos, como o Perifa Sustentável e o Bem-Estar na Periferia, a fim de difundir o debate sobre sustentabilidade e aperfeiçoar minhas habilidades como produtor cultural e comunicador.

De uma maneira pessoal, minha migração, de São Paulo para Niterói, e, posteriormente, em um intercâmbio para Portugal, evidenciou, de maneira escrupulosa, as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade, e tornou urgente a articulação para transformação da realidade de milhares de pessoas que habitam no bairro onde eu nasci, a Cidade Tiradentes, para que, assim como eu, elas possam ter a oportunidade de desfrutar de um melhor território.

## **PARTE 1**

# **MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

## **1. Agenda 2030 e Agendas Locais: A importância da participação social**

A busca por um mundo mais justo, equitativo e sustentável tem sido uma preocupação global crescente nas últimas décadas, desde a Conferência das Nações Unidas RIO 92, que estabeleceu a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente, conhecida como “Agenda 2021”, e determinou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM visavam o progresso conjunto rumo à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta, fatores que afetam especialmente as populações mais pobres dos países menos desenvolvidos. A maioria das metas estabelecidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) possuía como horizonte temporal o intervalo de 1990 a 2015. Esse período permitia avaliar o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo como referência os dados iniciais obtidos em 1990.

Com o vencimento do período de execução destes em 2015, em junho de 2012 foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) para analisar os resultados obtidos no período em que os Objetivos estiveram em vigor e estabelecer um novo plano de metas para atingir objetivos comuns. Após mais de dois anos de negociações, em 2015, chefes de Estado e representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram na Assembleia Geral das Nações Unidas para assinarem a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", um conjunto ambicioso de diretrizes que visa alcançar significativas melhorias nas condições de bem-estar da população, por meio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Acselrad (1999), este conceito de sustentabilidade é percebido por alguns como uma nova crença destinada a substituir a tradicional ideia de progresso. Ela se posiciona como um princípio norteador para o desenvolvimento voltado para o bem-estar da população e como um guia para a reformulação das instituições que moldam a nossa sociedade.

Entretanto, existem várias representações e valores associados à sustentabilidade, o que reflete uma disputa pela legitimidade desse conceito. A sustentabilidade é utilizada para moldar diferentes visões e ideias, em vez de ser apenas um conceito analítico voltado para a compreensão do mundo real, embora ela esteja intrinsecamente relacionada à prática e busca alcançar objetivos sociais desejáveis e metas práticas. Como a sustentabilidade é vista como algo positivo e desejável, a definição dominante adquire autoridade para discernir entre boas e más práticas, desencadeando uma batalha simbólica pela legitimidade de falar sobre sustentabilidade (ACSELRAD, 1999).

Como afirma Marcele Oliveira, ativista da Agenda Realengo 2030, no podcast *Data Lábria*, este debate sobre sustentabilidade tem sido dominado historicamente pelo Norte Global<sup>1</sup>, onde as nações mais ricas, como os Estados Unidos, França e Alemanha, exercem influência sobre outras nações e determinam como devemos abordar, mitigar e resolver questões globais sobre sustentabilidade. No entanto, é importante ressaltar que essas nações costumam resolver problemas que são prioritários para eles mesmos, e não necessariamente as questões que afetam diretamente as nações do Sul Global, e, principalmente, as favelas e periferias.

Para a ONU, o conceito de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi idealizado para estabelecer metas mensuráveis em questões consideradas fundamentais e que afetam a humanidade. A Agenda 2030 é composta por 17 ODS e 169 metas, que abrangem diversas áreas cruciais para o futuro do planeta. Os Objetivos se concentram em cinco áreas principais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são os seguintes: 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos; 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia; 8. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos; 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16. Promover

---

<sup>1</sup> Norte Global: Refere-se às nações desenvolvidas, predominantemente localizadas no hemisfério norte, que são caracterizadas por economias avançadas, altos níveis de renda per capita e significativa influência nas instituições financeiras e políticas globais. O Norte Global é frequentemente contrastado com o Sul Global em discussões sobre desigualdade, desenvolvimento e relações internacionais (Revista Relações Exteriores, 2024).

sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Por se tratar de um documento com diretrizes, cada país signatário da Agenda 2030 tem a responsabilidade de criar um plano de ação para implementar esses objetivos em sua realidade específica. Esses objetivos usam critérios de transversalidade (integração, visão transversal de políticas públicas e a capacidade de planejamento intersetorial) e transdisciplinaridade (na garantia de uma igualdade substancial de oportunidades) para que, de forma colaborativa e cooperativa, governos e sociedade civil auxiliem na busca de um conjunto comum de desenvolvimento (ZEIFERT et al., 2020).

Portanto, a implementação bem-sucedida dos ODS depende do comprometimento e da colaboração de cada país, que tem a missão de adequá-los às suas políticas públicas, sendo crucial a colaboração da política interna para uma elaboração legislativa que promova o alcance das metas estabelecidas, transcendendo o partidatismo e se tornando uma política de Estado duradoura, que se manterá contínua, independente da alternância de governo. Sobre isso, o item 45 da Agenda 2030 explicita que:

Reconhecemos também o papel essencial dos parlamentos nacionais através da promulgação de legislação e adoção de orçamentos, bem como seu papel na garantia da responsabilização para a implementação efetiva dos nossos compromissos. Governos e instituições públicas também trabalharão em estreita colaboração na implementação com as autoridades regionais e locais, as instituições sub-regionais, instituições internacionais, universidades, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e outros. (ONU, 2015, pág. 15).

É importante salientar que a interconexão entre sustentabilidade global e sustentabilidade local muitas vezes é percebida como uma simplificação política. Isso ocorre principalmente quando estratégias argumentativas de alcance global, exemplificadas pela atuação de organizações como a ONU, são utilizadas para orientar mudanças e inovações no âmbito local. No entanto, essa abordagem não está isenta de debate, pois existe uma corrente de pensamento que contesta a premissa de que o que beneficia o planeta automaticamente se traduz no melhor interesse das comunidades locais (ACSELRAD, 1999).

Com o propósito de conciliar estes interesses, um dos aspectos mais inovadores e eficazes para realização de objetivos em política de desenvolvimento sustentável é a inclusão de atores não estatais no processo de implementação dos ODS (BEISHEIM, 2012). A



diversidade de *stakeholders*<sup>2</sup>, como governos locais, sociedade civil e setor privado, desempenha um papel fundamental neste processo; ainda assim, a ONU tem foco principalmente no engajamento da sociedade civil.

É importante destacar que as percepções sociais não são neutras e exercem influência sobre estratégias e práticas. Portanto, é necessário garantir a efetiva participação dos atores sociais na disputa do significado do conceito de sustentabilidade e na elaboração de propostas para a reformulação de projetos sustentáveis, com foco tanto na eficiência quanto na equidade (ACSELRAD, 1999).

A participação popular desempenha um papel crucial na implementação dos ODS, pois, de acordo com o Fórum Econômico Mundial, é ela quem atua na observação e responsabilização dos governos (*watchdogs*<sup>3</sup>), exigindo a transparência, prestação de contas, melhores políticas e mudanças sociais necessárias. Além disso, são importantes por sua representatividade, proximidade com as questões locais, experiências nas áreas sociais e projetos, e, principalmente, com os critérios morais e éticos estabelecidos na prestação de serviços.

Andreas Schweikert (2017), em sua obra “A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” identifica quatro princípios cruciais para a implementação do desenvolvimento sustentável: longo prazo, participação, integração e reflexividade, mostrando que a participação da sociedade civil junto com o Estado é imprescindível para o alcance dos Objetivos.

Apesar do respaldo da ONU à presença da sociedade civil como essencial, é importante destacar que os ODS são uma política construída de cima para baixo, sobre um acordo global; sendo assim, é necessário identificar o que incentiva os governos a perseguirem metas sustentáveis e se estes estão dispostos a incluir a sociedade civil na implementação desta agenda. Vale lembrar que os ODS não são um acordo legal entre os países e que o sucesso de sua implementação depende da identificação política dos interesses da liderança do país com o desenvolvimento sustentável (BOECHAT, 2021).

Um claro exemplo dessa disparidade pode ser observado nos governos federais do Brasil no período entre 2011 e 2016, sob a liderança de Dilma Rousseff, e entre 2019 e 2022, durante o mandato de Jair Bolsonaro. Essas duas figuras políticas, marcadas por identidades ideológicas contrastantes, adotaram abordagens divergentes no que diz respeito à implementação dos ODS ao longo de seus respectivos períodos no poder.

---

<sup>2</sup> Partes interessadas: aqueles que têm interesse na gestão de empresas ou projetos.

<sup>3</sup> Fiscalizar algo/alguém; supervisionar algo/alguém; vigiar algo/alguém.

Segundo Boechat (2021), Dilma Rousseff queria que o Brasil desse uma grande contribuição para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se firmasse como um ator importante, contanto que, após a assinatura da Agenda 2030, Dilma criou um grupo de trabalho para desenvolver e estudar os ODS no Brasil, o que também evidencia o incentivo à participação da sociedade civil.

Ainda, a identificação política da presidente Dilma com a esquerda contribuiu para a regulamentação de apoio à sociedade civil, após publicar o decreto nº 8.243/2014 (BRASIL, 2014), que criou nove instâncias de participação social no que foi chamado de "Política Nacional de Participação Social" (MELLO, 2014).

Diferentemente de Dilma Rousseff, durante o seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro não prestou qualquer suporte à sociedade civil em relação aos ODS para 2030. Pelo contrário, ele desmontou as estruturas previamente estabelecidas para a implementação desses objetivos (BOECHAT, 2021).

Nos primeiros meses do mandato do presidente Bolsonaro, foi extinguida a Comissão Nacional para os ODS (CNOODS), criada por Michel Temer, em 2017, bem como foram suprimidos mais de 50 conselhos sociais e faculdades criadas pela presidente Dilma, em 2015, com a "Política Nacional de Participação Social" (BOECHAT, 2021).

Fica, assim, evidente que as ações são realizadas a partir das identidades políticas dos atores, o que justifica duas posturas distintas ante o mesmo assunto. Entretanto, como afirma Fernanda Feil, professora da Universidade Federal Fluminense e economista, para o *podcast Café da Manhã*: “Os acordos precisam ser cumpridos e isso tem que ser mandatório (...). Não existe solução individual para um problema que é global” (Folha de São Paulo, 2023), confirmando que, dado que os acordos não são compulsórios, há maior chance de implementação bem-sucedida com pluralidade de atores.

Ainda em tom mais crítico, a professora Fernanda Feil afirma que os acordos internacionais, embora impulsionados por boas intenções, muitas vezes carecem de caráter compulsório, pois os signatários têm a liberdade de aderir ou não a esses acordos, o que significa que não são, necessariamente, obrigados a cumprir todas as disposições neles contidas. Feil conclui afirmando que a “lógica por trás da cooperação internacional também precisa ser alterada” (FEIL, 2023).

Como citado anteriormente, os ODS tratam-se de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável, e não um plano homogêneo a ser aplicado; portanto, a participação da sociedade civil torna-se ainda mais relevante, pois contribui para a formulação de políticas alinhadas com a realidade local. Como afirma a professora Mauren Santos, da

PUC-Rio, ao *podcast Data Lábria* “É importante se conscientizar para elaborar propostas específicas para atender o enfrentamento em nível local, pois as questões são distintas em cada localidade” (SANTOS, 2023).

Pensando nisso, em 2014, como desdobramento do seguimento das negociações da Agenda Pós-2015, surgiu o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Agenda 2030 (GT Agenda 2030). Este grupo foi criado com o propósito de concretizar o acordo firmado no âmbito do Brasil, estabelecendo-se, desde então, como uma entidade fundamental na disseminação, promoção e supervisão dos ODS. O GT Agenda 2030 desempenha um papel ativo na mobilização da sociedade civil e no seu intermédio político junto ao governo e às Nações Unidas, com o objetivo de efetivar a implementação da Agenda 2030.

Atualmente, o GT Agenda 2030 reúne aproximadamente 50 membros oriundos de diversos setores, formando um grupo diversificado que abrange todas as áreas dos 17 ODS. Entre elas, destacam-se: Ação Educativa, ActionAid Brasil, Agenda Pública, Geledés, Gestos, Inesc, Oxfam Brasil, Programa Cidades Sustentáveis, Visão Mundial e Casa Fluminense.

A Casa Fluminense, uma associação civil com foco em políticas públicas, fruto do GT Agenda 2030, vem apoiando a construção de agendas locais em territórios de periferia na metrópole fluminense. Inspirada nas agendas locais de proposição de políticas públicas estruturais e emergenciais para o enfrentamento à pandemia, a Casa Fluminense lançou, em 2021, o “Guia para Agendas Locais 2030”, estabelecendo uma metodologia que busca ajudar lideranças e coletivos na criação de propostas de ações para a melhoria na qualidade de vida dos moradores de sua região.

Como a Casa Fluminense sugere, a experiência territorial cria um elo excepcional com a construção da agenda, pois “cada local pode, com o que dispõe de recursos humanos e capacidade técnica, elaborar a melhor forma de identificar a presença ou ausência de políticas públicas, fazer o diagnóstico dos problemas locais e a proposição de mudanças” (Casa Fluminense, 2021).

Ademais, Nascimento (2012) em *Trajatória da sustentabilidade*, conceitua o desenvolvimento sustentável em três dimensões: ambiental, econômica e social. Segundo o pesquisador,

A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência.

A segunda dimensão, a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia.

A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social (NASCIMENTO, 2012, pág. 55 e 56).

Baseado nesta conceituação, a Casa Fluminense propõe uma metodologia de formulação das propostas em quatro eixos temáticos, sendo eles as justiças climática, econômica, racial e de gênero, pois, como propõe a professora Fernanda Feil:

A crise climática é o grande problema desse século que a humanidade está enfrentando e ela tem o potencial de agravar todas as outras crises que nós já tínhamos antes, em função dos problemas econômicos e sociopolíticos que a gente já enfrentava (FEIL, 2023)

Portanto, a metodologia vem buscando uma abordagem que não seja separada em seus eixos, mas que se integre em contextos que, juntas, promovam uma mudança inclusiva, garantindo a justiça social plena e efetiva proposta nos ODS.

A Agenda 2030 e as Agendas Locais são um compromisso de um ideal comum para o melhoramento da condição humana, pensadas coletivamente, em favor não somente da nossa geração, mas especialmente das gerações futuras, respeitando o meio ambiente, alavancando a economia de maneira sustentável e reduzindo as desigualdades sociais.

As Agendas buscam uma garantia de igualdade de oportunidades que, de forma cooperativa e colaborativa, se interrelacionem com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável para a construção de um ideal permanente, no qual se desenvolvam condições equitativas para um impacto positivo na sociedade de agora e, sobretudo, no futuro (ZEIFERT et al., 2020).

## 2. Cidade Tiradentes, subprefeituras e políticas setoriais

Na década de 1970, as autoridades públicas, em colaboração com a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), deram início ao processo de aquisição de uma extensa área de terras localizada na região conhecida como Fazenda Santa Etelvina, nome dado devido a uma fazenda da época do Brasil escravocrata que havia no local, com senzala, pelourinho e casa-grande, onde, hoje, abriga a Casa de Cultura Hip Hop Leste. Essa área, até então, era cercada por partes da Mata Atlântica e plantações de eucaliptos.

Em 1972, a COHAB registrou oficialmente um loteamento chamado Conjunto Habitacional de Guaianazes, segundo o Projeto de Loteamento, este território visava “propiciar a execução de habitações de padrão essencialmente popular e que pudesse atender a uma faixa de habitantes de baixo poder aquisitivo, em especial aos atuais ocupantes de favelas” (Companhia Metropolitana de Habitação, 1971). Entretanto, outras fontes identificam que essa população não veio à Cidade Tiradentes devido ao sonho da casa própria ou em busca de melhores condições, mas, sim, devido ao rearranjo habitacional e à segregação espacial resultantes das mudanças econômicas nos bairros próximos ao centro da cidade, que alteraram o custo de vida, viabilizaram a desocupação dos cortiços e deslocaram para esse grande conjunto periférico a população que ainda residia nessas regiões (SILVA et al., 2008).

A região foi planejada como um grande conjunto habitacional periférico do tipo “bairro dormitório”, assim como a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, caracterizado pelo processo de segregação espacial da população pobre. A grande maioria da população que fixa residência no local trabalha em regiões de concentração de atividades industriais e terciárias (SILVA et al., 2008).

A maior parte desses projetos habitacionais foram inaugurados em 1984 e recebeu o nome de Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes, conseqüentemente a isso, o nome do

Figura 1 - Mapa de São Paulo com o bairro da Cidade Tiradentes destacado.



Fonte: Wikipédia, 2024.

conjunto de habitações serviu para denominar a fundação do bairro, em 21 de abril de 1984, data cívica nacional em homenagem a Tiradentes.

Além dos conjuntos habitacionais que compõem o que iremos chamar de “Cidade Formal”, percebemos, através de registros da época e da atualidade, outros tipos de habitações que nomearemos de “Cidade Informal”, composta por favelas e assentamentos habitacionais clandestinos e irregulares. Estes levantamentos surgiram nas lacunas deixadas pela construção dos prédios da COHAB e nas bordas dos conjuntos, promovendo uma constante expansão da mancha urbana (CORDEIRO, 2009).

De acordo com os números da Secretaria Municipal do Planejamento de São Paulo, entre 1991 e 2005, a Cidade Tiradentes estava entre os lugares onde a taxa de crescimento populacional era a mais elevada da capital de São Paulo – “superior a 3,0% ao ano” (SEMPLA/DIPRO, 2009). Foi justamente nesta época que foram implementadas as subprefeituras na cidade de São Paulo (CORDEIRO, 2009). Em 01 de agosto de 2002, foi instituída a subprefeitura da Cidade Tiradentes, através da Lei nº 13.399.

Segundo a Lei, as subprefeituras permitiriam uma democratização da participação da população nas decisões administrativas do município, incluindo as despesas orçamentárias e o acesso a equipamentos sociais, como escolas, hospitais, pavimentação, iluminação, saneamento e transporte. Estas seriam, conforme previa a lei, ferramentas fundamentais para a descentralização e democratização da gestão pública da cidade e seus recursos, até porque as regiões periféricas não eram priorizadas.



Figura 2 - No primeiro plano, aparecem formas de construir moradia fora do padrão dos conjuntos habitacionais que aparecem ao fundo. Autoria/Acervo: Simone Lucena Cordeiro, 2008.



Figura 3 - No plano elevado da imagem, visualizam-se edificações da COHAB. No plano abaixo, outras formas construídas de diferentes modos. Fonte: Foto anexa ao Processo nº 37.548/1971, de 04 de novembro de 1971.

No entanto, passados 20 anos, as efetivas melhorias nas condições de vida e na satisfação das necessidades da população em Cidade Tiradentes, abrangendo áreas como saúde, educação, segurança, transporte, esporte, lazer, cultura e saneamento, surgem como questão.

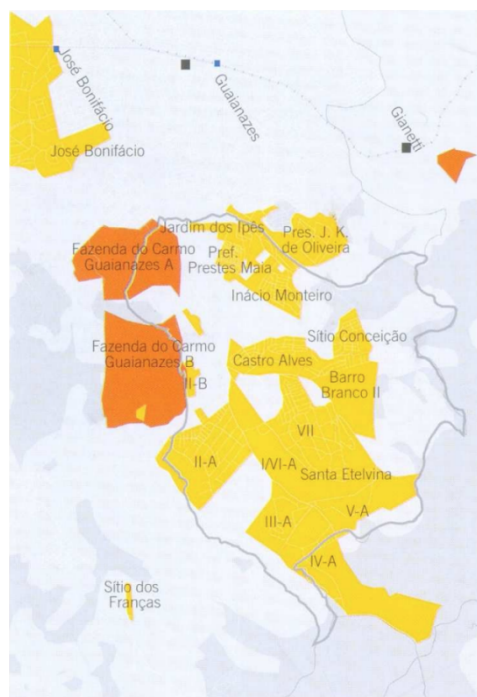
Conforme as análises conduzidas por Cordeiro (2009), desde o início, o Plano de Loteamento não incluía planos para a construção de hospitais, escolas, espaços culturais e áreas de lazer. Isso sugere que a visão predominante enxergava a cidade simplesmente como um agrupamento de residências, separado dos recursos essenciais para garantir uma existência plena para seus habitantes.

Não há menção, por exemplo, à infraestrutura para o transporte da população residente, problema este que perdura até os dias atuais, conforme demonstra o Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2022), que evidencia o segundo pior índice de tempo médio de deslocamento por transporte público, 69 minutos, no *ranking* de distritos da capital e a inexistência de transportes públicos de massa, como trem, metrô ou monotrilho, fazendo com que os moradores locais demorem cerca de 40 minutos de viagem até as estações destas formas de transporte, porque as mais próximas ficam distantes da Cidade Tiradentes. Este é o caso das estações Corinthians-Itaquera (metrô), Jardim Colonial (metrô) e a de Guaianazes (trem), conforme evidencia o mapa (Laboratório de Urbanismo da Metrópole, 2004).

Analisando outros dados referentes ao Mapa da Desigualdade, evidencia-se que o bairro cumpre sua função determinada de “bairro dormitório”, uma vez que a Cidade Tiradentes possui o pior índice de empregos formais na capital paulista, apenas 0,3%; ou seja, os moradores ficam ali apenas para dormir e vão trabalhar nas regiões centrais de São Paulo.

Em termos de expectativa de vida, a Cidade Tiradentes ocupa a segunda pior posição em relação à média de vida da capital paulista, cerca de 59 anos de idade. Este fato, atrelado ao segundo pior índice de homicídios da capital, 16% a cada 100 mil habitantes no distrito, e ao índice de 36% de homicídios de pessoas jovens a cada 100 mil, de 15 a 29 anos, destaca o

Figura 4 - Conjuntos Habitacionais da COHAB em Cidade Tiradentes – 2004.



Fonte: LUME - Laboratório de Urbanismo da Metrópole, 2004.

genocídio de uma população majoritariamente constituída de pretos e pardos, representando 56,1% da população (Rede Nossa São Paulo, 2022).

Ao abordarmos a questão do gênero, torna-se evidente que o bairro apresenta um alarmante índice de 208% de mulheres que são vítimas de violência de gênero a cada 10 mil residentes do gênero feminino. Isso significa que, em média, cada mulher experimenta pelo menos duas instâncias de violência relacionada ao gênero. Além disso, agravando ainda mais a situação, constata-se que 0,8% desse grupo de 10 mil mulheres residentes foi vítima de feminicídio, segundo dados do Mapa da Desigualdade de 2022 (Rede Nossa São Paulo, 2022).

Seguindo essa linha de análise, o distrito se destaca de forma negativa quando o tema é gravidez na adolescência, apresentando uma taxa alarmante de 13,3% de nascidos vivos provenientes de mães com menos de 20 anos. Esses números revelam uma situação preocupante, exigindo medidas imediatas para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres e pessoas com útero nesse cenário específico.

No âmbito climático, a realidade em Cidade Tiradentes é marcada por índices precários de adoção de tecnologias sustentáveis. Apenas 0,18% dos resíduos sólidos são coletados per capita, enquanto apenas 0,6% dos resíduos domésticos são separados seletivamente pela subprefeitura, conforme dados do Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2022). Diante desse quadro, torna-se imperativa a implementação de tecnologias verdes, abrangendo soluções para o tratamento adequado do lixo, sistemas de reutilização de água e o estabelecimento de hortas urbanas comunitárias. Essa necessidade ganha ainda mais ênfase nas declarações de professores da rede estadual de ensino que atuam em Cidade Tiradentes, conforme destacado em entrevista para a Agenda Cidade UNICEF:

Grande parte dessas famílias dificilmente tinha três refeições ao dia, e quando tinha acesso a essa alimentação era muito precária, a base só de arroz, feijão, pão, alimentos ultraprocessados que são os mais baratos e cestas básicas que eles acabavam (UNICEF, 2022).

Portanto, é necessário que haja a implementação de iniciativas que promovam a segurança alimentar e o combate às mudanças climáticas, como é a ONG Cidades Sem Fome, que se apropria de espaços sem utilização dentro da periferia de São Paulo e desenvolve projetos de agricultura sustentável, tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização. A iniciativa não somente contribui na redução de impactos ambientais, mas também possui uma elevada capacidade de geração de trabalho e de renda, além de permitir a criação de empregos sustentáveis a custos relativamente baixos.



No que diz respeito ao saneamento básico, a entrevista também pontua:

Crianças chegam lá com problemas, por exemplo com micoses, coceira, sarna, muitos casos de furúnculo por conta da água e a convivência delas com o córrego, é como se naturalizar esse problema de saúde pública (UNICEF, 2022).

O acesso ao saneamento básico, assegurado pela Constituição Federal, enfrenta desafios significativos devido ao crescimento urbano desenfreado e à privatização dos serviços de água e esgoto. Infelizmente, esses obstáculos resultam em uma parcela significativa da sociedade que não desfruta plenamente desses serviços, especialmente quando se trata de comunidades marginalizadas. Um exemplo claro são os habitantes de assentamentos irregulares nas 17 favelas da Cidade Tiradentes, que correspondem a 4,1% do total de residências na região (Rede Nossa São Paulo, 2022).

A situação é ainda mais crítica para populações extremamente vulneráveis, como a população em situação de rua. Segundo dados do Mapa da Desigualdade de 2022 (Rede Nossa São Paulo), estima-se que existam 134 pessoas nessa condição dentro do bairro, incluindo 13 crianças. Estes números demonstram a urgência de abordar as disparidades no acesso ao saneamento básico, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam desfrutar plenamente deste direito fundamental.

Pensando nos tópicos listados acima, é importante pensarmos a interseccionalidade entre eles. Segundo Perpétuo (2017), “a abordagem interseccional mostra a coexistência e a subordinação de diferentes fatores, como se interseccionam em contextos históricos e específicos nas diferentes dimensões da vida social, que não são separadas”. Ao considerarmos, por exemplo, a interseção com a economia, percebemos que as desigualdades econômicas exacerbam as disparidades sociais já presentes. Grupos racialmente marginalizados e mulheres, muitas vezes, enfrentam barreiras estruturais que limitam o acesso a oportunidades econômicas, perpetuando um ciclo de desvantagens.

Outro exemplo é a interseção com o clima, que destaca como as mudanças ambientais não afetam todos os grupos igualmente. Comunidades racialmente marginalizadas, como a Cidade Tiradentes, muitas vezes vivem em áreas mais suscetíveis a desastres naturais e sofrem de maneira desproporcional com os impactos das mudanças climáticas.

Portanto, é fundamental reconhecer a conexão intrínseca entre os quatro eixos temáticos apresentados: raça; gênero; economia e clima, para propor políticas inclusivas e programas de igualdade que levem em conta as múltiplas facetas da identidade e considerem como as interseções dessas facetas moldam as experiências individuais.

### 3. Juventude e políticas públicas

Em todas as sociedades existem fatos que podem ser considerados como problemas coletivos e, portanto, suscetíveis a um tratamento específico por parte dos poderes públicos; no caso da Cidade Tiradentes, o saneamento, a pobreza, o desmatamento, a habitação, entre outros inúmeros aspectos que podem ser considerados, em determinadas circunstâncias, problemas públicos. Entretanto, cabe aqui discutir quem são os responsáveis por apontar quais são estes problemas e quais são as estratégias de ação eficazes para solucioná-los.

Historicamente, Parson e Watson, nos anos cinquenta, definem que instâncias mediadoras entre Estado e grupos sociais, como sindicatos e organizações civis, são incumbidos da função de organizar representantes sociais. A partir dos anos setenta, Parson e Watson contribuíram para pensar uma relação mais íntima entre Estado e sociedade civil, a partir da análise de decisões, expressões de interesses dos grupos sociais e a relação clientelista com os usuários dos benefícios estatais (VALCARCE, 2005, pág. 2).

Em ambos os casos, há uma centralidade da figura do Estado no processo decisório de implementação das políticas públicas que opera até os dias atuais. Este fator evidencia a ausência, principalmente das classes populares, na formulação de políticas públicas, contrariando o paradigma das políticas públicas proposto por Valcarce, que “permite pensar as articulações entre grupos sociais e atores estatais nas redes de políticas públicas, na articulação entre o local, o nacional e o global, entre especialistas, grupos de interesses e decisores” (VALCARCE, 2005, tradução nossa, pág. 2) <sup>4</sup>.

No contexto atual, pode parecer que a participação popular da juventude nas formas tradicionais de política tem diminuído. Em abril de 2022, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral indicou uma queda nos números de jovens, com idades entre 16 e 18 anos, registrados como eleitores, atingindo os índices mais baixos em 30 anos. No entanto, uma iniciativa do TSE chamada, "Semana do Jovem Eleitor", aliada ao apoio de diversos influenciadores das redes sociais, resultou em um aumento de 52% de jovens eleitores em comparação com as eleições federais anteriores (TSE, 2022), abrindo um precedente para pensarmos se há falta de interesse por parte dos jovens ou se eles não se sentem ouvidos e, além disso, onde eles estão buscando informações e se engajando politicamente.

---

<sup>4</sup> La difusión del paradigma del “análisis de las políticas públicas” contribuyó a pensar la relación entre las esferas estatales y los grupos sociales a partir del análisis de las decisiones (Valcarce, 2005, pág. 2)

Nesta pesquisa, entendo o conceito de jovem segundo a definição proposta pelo Estatuto da Juventude LEI Nº 12.852, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Em sua pesquisa com a juventude latino americana, Esther Solano contou ao *podcast* Mamilos que identificou que o “jovem se sente invisível e abandonado por uma elite política que considera envelhecida, que luta pelo próprio privilégio e que não enxerga o jovem, [portanto] não abre canais de comunicação com a juventude” (SOLANO, 2022). A pesquisa *Youth Democracy Latin American*<sup>5</sup> foi realizada no Brasil através de 18 entrevistas baseadas em um questionário estruturado, envolvendo pequenos grupos de três jovens de 16 a 24 anos, que já se conheciam previamente, denominados tríades.

Dentre os entrevistados, vários afirmaram ter começado a ganhar consciência política ao verem comentários nas redes de pessoas que seguiam ou de influenciadores de quem gostavam e com os quais concordavam (SOLANO, 2022). Este aspecto nos faz refletir sobre como o consumo de informações desta geração vem, sobretudo, das redes sociais, mesmo que quase nenhum dos entrevistados afirme ter o costume de criar conteúdos próprios mais elaborados.

O processo de politização também pode ser desencadeado através da discordância, ao consumir conteúdos sobre pautas específicas que, até então, não haviam pensado. Dessa maneira, a politização também pode ocorrer na interação em redes sociais, principalmente em conteúdos com temas sensíveis para a sociedade (SOLANO, 2022). Apesar deste aspecto, todos afirmam ter receio de serem enganados por notícias falsas, pois é no ambiente *online* que a desinformação é mais abundante.

A participação juvenil pode ser uma participação que valorize a escuta (SOBRINHO, 2022), algo não muito comum em âmbito familiar, pois a maioria dos jovens progressistas diz vivenciar um clima conflituoso em casa, em razão de uma organização familiar mais conservadora, o que torna muito difícil o diálogo e o aprendizado político (SOLANO, 2022). Em função disso, o ambiente *online*, por vezes, torna-se mais agradável, pois nele a juventude se sente acolhida por seus seguidores, e, conseqüentemente, ocorre uma espécie de “posicionamento *online*”; geralmente, em torno de causas identitárias, como as de gênero, raça, classe e climática, que estão vinculadas à realidade concreta dos jovens (SOLANO, 2022).

---

<sup>5</sup> O estudo *Juventudes e Democracia na América Latina* é baseado em uma série de grupos focais com mulheres e homens jovens de 16 a 24 anos, de variadas tendências políticas na Argentina, Brasil, Colômbia e México. O relatório é produto da pesquisa coordenada por Esther Solano e Camila Rocha, com a colaboração de Agustín Prol, Guadalupe Passadore Tomasi, Santiago Vanderstichel, Sofia Mosquera e Erick Melo.

A participação política pode também ser “livre” ou instantânea, a exemplo das campanhas de solidariedade ou ações que consideram honestas em prol do bem comum, como doações de cestas básicas ou de roupas, causas animais, que podem ser observadas na tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2024, onde houve diversas mobilizações de arrecadação monetária e de bens para auxiliar os atingidos pelas inundações. Embora todas essas ações sejam tidas como políticas, elas são vistas como desconectadas da política “governamental” ou partidária (SOLANO, 2022).

Outro aspecto saliente é quando estes atores defendem um potencial problema que ainda não recebeu atenção pública. Nesse sentido, muitos utilizam de ferramentas de legitimação para tornar conhecida a outras partes da sociedade, e até mesmo às autoridades estatais, uma dificuldade que os afeta direta ou indiretamente (VALCARCE, 2005), como através dos conteúdos em redes sociais ou manifestações populares; por exemplo, a mobilização contrária ao projeto de lei nº 1.904/2024, que buscava criminalizar o aborto após vinte e duas semanas de gestação, mesmo em caso de estupro.

Em contraponto, a participação em instâncias tradicionais, como partidos, sindicatos e centros acadêmicos, ou mesmo em instituições governamentais, como as câmaras municipais tendem a ser baixas e há muita desconfiança de tais espaços. Somente alguns dos jovens eleitores seguem os vereadores nos quais votaram nas redes sociais e esperam destes uma transparência através da produção de conteúdo (SOLANO, 2022).

A dinâmica se estabelece no conflito entre adequar-se ao que já existe ou provocar alguma mudança no que está estabelecido. Nestas situações, vemos se há uma verdadeira disposição das gerações adultas na reivindicação que fazem à participação da juventude; ou seja, se estão atentos ao que os jovens apontam de mudanças, o que pode alterar o próprio funcionamento institucional (SOBRINHO, 2022). Exemplo deste fato foi a mobilização em prol da nomeação de uma ministra negra ao Supremo Tribunal Federal, em 2023, que gerou enorme movimentação nas redes sociais, mas não teve adesão pelo presidente Lula, a fim de obter benefício particular.

Ao serem questionados sobre democracia, ainda, foram raros aqueles que citaram a participação cidadã como algo presente no fazer democrático, e, quando apareceu essa ideia, foi como algo que deveria ser uma realidade, mas não é (SOLANO, 2022). Constata-se que, os jovens não se sentem incluídos na gestão democrática, mesmo que afirmem que a juventude deveria se engajar mais, pois participa pouco de processos políticos institucionais; ou seja, há um interesse e uma vontade de participar da política institucional, porém não são criadas as devidas oportunidades de acesso.

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados propõe fortalecer as organizações coletivas, onde eles são mais engajados, já que se sentem ouvidos e têm autonomia para propor mudanças, mas sem abandonar a política tradicional, mesmo que nesta segunda eles não estejam plenamente envolvidos (SOLANO, 2022).

Pensando desta maneira, a política local, por ser mais próxima do cotidiano, pode surgir como uma maneira de introduzir a juventude não engajada com questões partidárias ao fazer político; logo, a elaboração da AGENDA CT 2030 a partir de proposições dos alunos pode estimular potencialidades nunca antes observadas nos jovens que irão participar do curso e materializar as propostas, de maneira que, futuramente tenham um respaldo para fiscalizar e exigir dos governos eleitos a transparência sobre o alcance ou não das metas.

Helena Branco (2022), ativista em prol dos direitos da mulheres, relata ao *podcast* Mamilos que o jovem não é visto como um transformador social e pontua que nas escolas não há uma educação política, o que implica na formação de uma juventude que não sabe distinguir as obrigações de cada esfera política ou o papel de cada cargo, seja legislativo ou executivo.

Na contramão do cenário apresentado acima, tive a oportunidade de trabalhar, em 2024, na Semana do Jovem Eleitor no município de São Paulo. A proposta foi ir à porta de escolas dialogar com a juventude em zonas eleitorais com baixa adesão, logo, em locais periféricos da cidade, sobre a importância do voto e incentivar que tirassem o título de eleitor. Ao conversar com os jovens do ensino médio, pude perceber que a maior parte dos estudantes não soube distinguir o papel dos prefeitos e vereadores, suas funções e os impactos concretos em suas vidas cotidianas. Ademais, muitas vezes o debate se encontrou polarizado na esfera federal, em que uns defendiam o atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, e outros o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, quando, na verdade, estávamos dialogando sobre a esfera municipal.

Ao questionar os jovens sobre os problemas de seus bairros, foram citados os buracos nas ruas, o transporte público caro e a discriminação racial e de gênero. Entretanto, quase nenhum deles soube dizer a quem deveriam recorrer para resolver estes problemas, ou, deflagrando uma percepção ainda mais profunda, se mostravam desacreditados no sistema político, afirmando que “todos eram iguais”. Também me deparei com muitos jovens maiores de 18 anos, que, mesmo havendo a obrigatoriedade de tirar o título, ainda não o tinham feito e, até mesmo, se demonstraram desinteressados.

Apesar dos fatores observados, obtivemos, no município de São Paulo, um total de 21.862 novas solicitações de alistamento eleitoral de jovens entre 16 e 20 anos, segundo

dados oficiais do Portal do TSE (TSE, 2024), dando ênfase a um aumento exponencial de alistamentos eleitorais nos dias que antecedem o prazo limite para a retirada ou regularização do título de eleitor, dia 8 de maio de 2024.

CRUZAMENTO DE DADOS DE ALISTAMENTO

Abrangência  
Município
Cruzamento 1  
Tipo de operação
Cruzamento 2  
Faixa etária
Cruzamento 3  
Nenhum
Cruzamento 4  
Nenhum
🗑️ Limpar

UF	Município	Tipo de operação	Faixa etária	Qtde de requerimento	Porcentagem (%)
SP	SÃO PAULO	Alistamento	16 anos	3.311	12,76 %
			17 anos	6.886	26,54 %
			18 a 20 anos	11.665	44,96 %

(Portal do TSE, 2024).

Nesta perspectiva, Sobrinho (2022) afirma que:

Existe um relativo consenso no desejo de que a juventude participe mais da vida social e política. Há muitos investimentos de atores diversos nessa participação. Por quê? Porque aos jovens é atribuída a energia e a capacidade criativa de transformar os rumos construídos por gerações anteriores, definir o futuro de sua própria geração e influenciar as que virão depois (SOBRINHO, 2022).

Estes aspectos nos fazem refletir sobre a necessidade de ir além das paredes das instituições e pisar no chão das comunidades, não somente escutar o que as pessoas estão falando, mas para poder proporcionar espaços no qual essas pessoas possam ter vez e voz (TELES et al., 2022), pois a produção de conhecimento vem a partir da experiência de cada jovem.

Dessa compreensão, surge a Agenda CT 2030, para criar espaços onde a juventude seja incluída como protagonista de suas necessidades e suas vivências sejam validadas enquanto uma poderosa ferramenta de transformação social. Como sugere a UNICEF, que essas vozes sejam consultadas e participem diretamente de todos os processos de diálogo e decisões sobre suas vidas: nada sobre adolescentes e jovens deve ser feito ou dito sem eles e elas (TELES et al., 2022).

Dando-lhes uma formação política sobre os papéis legislativos, executivos e suas respectivas funções, a Agenda CT 2030 busca instigar a escuta com jovens para refletir sobre os principais desafios e oportunidades vivenciadas por eles, para que possam pensar, juntos, em uma estratégia que permita ter espaços seguros de participação, respeitando os seus lugares de fala e o desenvolvimento de suas potências (TELES et al., 2022).

Segundo Teles (2022), é necessário que todos os espaços formativos sejam credibilizados, sejam eles de educação formal, não formal ou informal, e investidos, pois, muitas vezes, é fora do espaço escolar formal que aprendemos de maneira eficaz a sermos

cidadãos. O presente projeto foi construído justamente nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que saindo do espaço formal e dando protagonismo às experiências da juventude podem surgir soluções criativas que usem a ciência aliada ao desenvolvimento sustentável de seus territórios.

Levando em conta que mesmo as questões consideradas mais individuais, como a história de vida de cada pessoa, estão também diretamente conectadas aos acessos que temos (ou não) à educação, cultura, renda, segurança, alimentação, direito à cidade, dentre outros direitos fundamentais (TELES et al., 2022), é que o curso constrói seu plano curricular de forma itinerante, levando em conta as políticas públicas já existentes e a visita a estes espaços, como o CTA, Hospital, dentre outros, ou a ausência de políticas institucionais e a visita a espaços informais de política comunitária, como ocupação do MTST, ONGs e horta comunitária. Sendo assim, como afirma Viviane Santiago:

Para que tenhamos chance da construção de uma retomada de princípios de respeito à vida em sua diversidade é necessário ampliar debates, promover mudanças na composição de casas legislativas e acompanhar muito de perto as ações desenvolvidas pelo executivo: Precisamos de formação política e reconhecer adolescentes em toda a sua capacidade de participação (SANTIAGO, 2022).

Entendendo a capacidade de agrupamento dos jovens, sua vocação para contestação e seu engajamento em processos que lhes permitam deixar sua marca no mundo, construiremos e facilitaremos a construção de pontes entre a política e a juventude.

#### 4. Considerações finais

A participação efetiva da juventude nas instâncias tradicionais de política ainda enfrenta grandes desafios. Embora os jovens estejam interessados em política e cientes dos problemas sociais, muitos se sentem marginalizados e não encontram oportunidades claras para participar de forma significativa nos processos decisórios. Na Cidade Tiradentes, devido à sua vasta extensão territorial e populacional, aliada ao crescimento desordenado e à falta de planejamento urbano, há uma carência expressiva de políticas públicas capazes de atender às necessidades da população.

A interseccionalidade entre fatores como raça, gênero, economia e clima agrava ainda mais as condições de vida dos moradores, destacando a urgência de políticas inclusivas e sustentáveis para reverter o cenário de marginalização. Nesse contexto, as subprefeituras de Cidade Tiradentes têm um papel fundamental na resolução dos problemas diários e devem assumir um protagonismo maior na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a sociedade civil na formulação de políticas públicas.

O sucesso dos ODS depende da adaptação às realidades locais e do engajamento ativo da sociedade civil. A participação de diversos atores e a integração das agendas globais com as necessidades locais são cruciais para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, garantindo justiça social e bem-estar para as gerações presentes e futuras.

Diante desse cenário, a Agenda CT 2030 surge como uma proposta para a inclusão ativa dos jovens, proporcionando formação política e espaços seguros de participação. O objetivo do programa é capacitar os jovens para que possam influenciar diretamente as decisões políticas que afetam suas vidas, valorizando suas experiências e perspectivas como ferramentas essenciais para a transformação social.



## Referências

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* no.1 Campinas, 1999.

BOECHAT, Gabriela. *O papel da sociedade civil nos objetivos de desenvolvimento sustentável: uma análise da identidade política brasileira e seu comportamento no apoio de uma agenda global*. Universidade Federal do ABC, 2021.

CASA FLUMINENSE, Associação. Guia para agendas locais 2030. *GT Agenda 2030*, 1ª ed. Rio de Janeiro, 2021.

CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e Cohab: Moradia Popular na Periferia da Cidade de São Paulo – Projetos E Trajetórias*. Tese Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo: São Paulo, 2009.

Estatísticas Eleitorais. TSE.JUS.BR, 2024. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=15448977196235>>. Acesso em 15 de maio de 2024.

MELLO, J. (2014). Dilma cria conselhos para se aproximar de movimentos sociais. Estadão. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/dilma-cria-conselhos-para-se-aproximar-de-movimento-sociais/>> Acesso em: 30 de agosto 2023.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Locução: Edilana Damasceno e Vinicius Lopes. Entrevistado: Marcele Oliveira e Mauren Santos. Data Labe, novembro de 2022. *Podcast*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6hFHvdVm41eiUZXzVnIaLf?si=JxG4-t4fRQmA84XhMuIM6g>>. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. Estudos Avançados, São Paulo, 2012.

O PODER DA GRANA CONTRA A CRISE CLIMÁTICA. Locução de: Gustavo Simon; Gabriela Mayer. Entrevistado: Fernanda Feil. Café Da Manhã, Folha de São Paulo, 07 de

agosto de 2023. *Podcast*. Disponível em: <[https://open.spotify.com/episode/2a4kqXKvE4NIsggWhRDm7A?si=awsGrQleTqu\\_ldTTbuWsiQ](https://open.spotify.com/episode/2a4kqXKvE4NIsggWhRDm7A?si=awsGrQleTqu_ldTTbuWsiQ)>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

ONU (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

OS JOVENS NÃO QUEREM MAIS SABER DE POLÍTICA? Locução de: Cris Bartis e Ju Wallauer. Entrevistado: Helena Branco, Marcelo Rocha e Esther Solano. Mamilos, abril de 2022. *Podcast*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/3YckamrqiLi1fuYHnUyW6C>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

Participação de jovens de 16 e 17 anos nas eleições cresceu 52% entre 2018 e 2022. TSE.JUS.BR, 07 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/participacao-de-jovens-de-16-e-17-anos-nas-eleicoes-cresceu-52-entre-2018-e-2022>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

QUEM SOMOS. GT Agenda 2030. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/quem-somos-2/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

RNSP. Mapa da Desigualdade 2022. Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em <[nossasaopaulo.org.br](https://nossasaopaulo.org.br)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*. vol.71 no.1 São Paulo, 2019.

SCHWEIKERT, Andreas. *Por Que a Governança Importa: A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Tese de Mestrado da Faculdade de Direito, Economia e Governança. Universität Konstanz, 2017.

SILVA, Andréia Priscila da; PESTANA, Maurício; GALVINO, João, Cidade Tiradentes: *História e vida da migração negra na cidade de São Paulo*. Pestana Publicações: São Paulo, 2008.

SOLANO, Esther. *Juventudes e Democracia na América Latina*. Luminare: Building Stronger Societies, Janeiro de 2022. Brasil, 2022.

TELES, Anderson; SOBRINHO, André; MELO, Bianka; PAIXÃO, Débora; SENA, Francisco; MONTEIRO, Gabriela; FONTOURA, Joana; VALOIS, Matheus; ARAÚJO, Nathália; GUIMARÃES, Raquel; DELAMERLINI, Victor; SANTIAGO, Viviana. *De jovem pra jovem: participação e engajamento para transformAÇÃO*. São Paulo: UNICEF, 2022.  
UNICEF (São Paulo) *Mapeamento Participativo Cidade Tiradentes*. São Paulo, 2022.

VALCARCE, Federico Lorenc. La Sociología De Los Problemas Públicos. Una Perspectiva Crítica Para El Estudio De Las Relaciones Entre La Sociedad Y La Política. *Nómadas*. Critical Journal of Social and Juridical Sciences, vol. 12, núm. 2, 2005. Euro-Mediterranean University Institute, Roma, Itália, 2005.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; CENCI, Daniel Rubens e MANCHINI, Alex. A justiça social e a Agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas* (UNIFAFIBE), 2020.

## **PARTE 2**

# **PROJETO CULTURAL**

## AGENDA CT 2030

Curso de Políticas Públicas

Produzido por: Fogão Verde



Gabriel de Araujo Leal Silva

(11)97070-2937

[fogaoverdee@gmail.com](mailto:fogaoverdee@gmail.com)

[leal.araujo@outlook.com](mailto:leal.araujo@outlook.com)

Instagram:

@eugabrieleal

@fogaoverdee

## **Resumo**

Este projeto cultural tem como finalidade a execução do curso de políticas públicas Cidade Tiradentes 2030, uma iniciativa educacional que visa estimular a criação de visão crítica e senso político na juventude periférica do bairro da Cidade Tiradentes ao decorrer de dezessete encontros, divididos em três módulos, organizados da seguinte forma: 1º História do bairro; 2º Políticas públicas e participação popular e 3º Políticas setoriais, sendo este último segmentado nos eixos gênero, raça, clima e economia. Ao fim do curso, pretende-se obter uma Agenda com propostas de políticas públicas baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, na Cidade Tiradentes.

## **Apresentação**

A pandemia da COVID-19 intensificou as disparidades já presentes em nossa sociedade, ampliando os alcances da pobreza e da fome para um número crescente de lares. Diante desse cenário desafiador, a atuação proativa da sociedade civil emergiu como peça-chave para mitigar o desespero enfrentado pelas populações mais vulneráveis.

Conforme revelado pelos dados de uma pesquisa conduzida pelo FGV IBRE no quarto trimestre de 2021, o desemprego permanecia concentrado, atingindo com maior impacto os trabalhadores mais jovens (34% entre pessoas com 14 a 23 anos); mulheres (56,9%) e pretos e pardos (73,4% do total) (IBGE, 2019). Em bairros com predominância de uma população jovem, feminina e negra, como é o caso de Cidade Tiradentes, os índices de desalento são alarmantes (Mapa da Desigualdade, 2022).

Diante desse quadro, a abordagem interseccional e intersetorial, proposta pela Casa Fluminense, surge como uma estratégia eficaz de proposição de soluções. Essa abordagem busca conectar diversas esferas governamentais aos eixos temáticos de raça, gênero, clima e economia, promovendo uma cooperação necessária para superar as desigualdades existentes no território. Essa cooperação é essencialmente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, abrangendo áreas cruciais como habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura e assistência social.

Com base nesta metodologia, foi desenvolvido o projeto que visa promover uma formação sociopolítica para os jovens do bairro da Cidade Tiradentes. A formação será realizada de forma itinerante, visitando diversas áreas dentro do bairro, que é vasto tanto em extensão territorial quanto em população. Os encontros ocorrerão aos sábados e contarão com a participação de convidados diversos, incluindo moradores, ativistas, políticos, líderes comunitários e pessoas envolvidas com questões sociais, que, através das suas experiências e relatos, contribuirão para a compreensão do passado e para a construção de perspectivas futuras.

Com o suporte de material pedagógico bibliográfico e a utilização de diversos recursos, como audiovisual e artes cênicas, além do protagonismo da oralidade, os participantes serão convidados a explorar a história da Cidade Tiradentes e a se apropriar dos instrumentos institucionais de transformação social.

## **Objetivos**

### **Objetivos gerais**

- Promover um curso de políticas públicas aos moradores da Cidade Tiradentes.
- Obter como produto final uma agenda de propostas de políticas públicas baseadas nos objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030.

### **Objetivos específicos**

- Realizar um curso itinerante em diferentes localidades do bairro, a fim de observar as especificidades de cada uma;
- Realizar 17 (dezesete) encontros divididos em 3 (três) módulos, cada qual com média de 4h, totalizando 68h de plano pedagógico;
- Identificar a presença e ausência de políticas públicas no bairro da Cidade Tiradentes;
- Ativar uma rede de atores locais de transformação social;
- Estimular a criação de visão crítica e senso político na juventude periférica;
- Difundir o debate sobre as políticas setoriais propostas, levando em consideração uma abordagem territorial e interseccional;
- Conceber uma AGENDA CT 2030, física e virtual, a fim de traçar objetivos e avaliar a concretização ou não destes no futuro.



## **Justificativa**

Considerando a importância da identidade, tanto individual quanto coletiva, dos habitantes do bairro, se reconhece a necessidade de resgatar a história local. Esse resgate será realizado por meio de diversas fontes, incluindo registros escritos, saídas a diferentes locais do bairro e relatos orais dos antigos moradores, visando não apenas preservar o passado, mas, sobretudo, registrar o presente para possibilitar uma reflexão futura sobre os progressos, retrocessos e estagnações na qualidade de vida dos moradores.

A história de formação do bairro como um complexo habitacional, no estilo “bairro dormitório”, reflete o processo de confinamento e afastamento da população pobre do centro urbano, além da desumanização destas pessoas, já que o plano inicial da COHAB desconsiderou a criação de espaços de sociabilidade, linhas de locomoção em massa, entre outros. Hoje, cerca de 40 anos após a instauração oficial do distrito da Cidade Tiradentes, as melhorias nas condições de vida e necessidades da população surgem questão, a qual, longe de ser uma pergunta retórica, carece, efetivamente, de respostas.

Dada a amplitude do conceito de cultura, neste projeto entendemos o termo como crenças, comportamentos e valores que os seres humanos aprendem e desenvolvem, refletindo formas de organização baseadas na vivência e tradição comuns e, assim, constituindo a identidade de um povo. A história é fundamental na criação da identidade cultural, e uma sociedade cercada por barreiras sociais é fruto de um projeto de poder que objetiva continuar nas tomadas de decisão.

De acordo com o “Mapa da Desigualdade” de 2022, elaborado pela Rede Nossa São Paulo para avaliar os diferentes distritos da cidade, a Cidade Tiradentes apresenta índices alarmantes em áreas como expectativa de vida, emprego formal, incidência de homicídios, equipamentos culturais, violência de gênero e adoção de tecnologias sustentáveis. Todos esses dados são palpáveis aos moradores que veem no seu dia a dia as desigualdades, seja na ida ao trabalho ou nas relações interpessoais, no desfrute da cidade e o que ela oferece.

A cultura possui características adaptativas, permitindo que os seres humanos ajustem suas percepções e comportamentos em resposta a mudanças ambientais e transformações na consciência social; e a juventude demonstra um enorme potencial para propor alternativas para mudança e superação dos problemas sociais. Com suas novas ideias e perspectivas, eles oferecem formas inovadoras de se comprometer com o futuro do mundo, afinal, são eles os responsáveis por tomar as decisões que moldarão a sociedade de amanhã e, infelizmente, já

estão enfrentando os impactos devastadores da crise climática. Os jovens são os protagonistas do futuro e precisam se apropriar das ferramentas legais de funcionamento do Estado.

Segundo a pesquisa Juventudes e Democracia na América Latina, os jovens recorrem às redes sociais em busca de liberdade de expressão. Eles se engajam em causas identitárias ligadas à sua realidade cotidiana, como raça, gênero e clima, muitas vezes alheias aos partidos políticos. Distantes da esfera política tradicional, esse grupo caracteriza-se por buscar maneiras de instigar mudanças através de iniciativas tanto coletivas quanto individuais.

O ambiente exerce um papel fundamental sobre as mudanças culturais e os seres humanos podem mudar sua maneira de encarar o mundo através das transformações promovidas pela tomada de consciência social. Pensando nisso, o curso de políticas públicas surge de um pensamento que considera fundamental a inclusão dos os jovens no processo de formulação e implementação de políticas locais, garantindo a representatividade, considerando as necessidades específicas de cada um deles e dando-lhes as ferramentas necessárias para a transformação de sua própria realidade. Dessa forma, a juventude poderá usufruir plenamente do direito à participação social garantido pela Constituição Federal de 1988, envolvendo-se ativamente na elaboração e fiscalização de políticas públicas locais.

Além disso, a concepção da revista AGENDA CT 2030 tem como intuito dar materialidade à realidade atual, já que há poucas pesquisas sobre o bairro. Nesse projeto, ainda, ganha força a produção de um conhecimento que, além de ser pautado na visão da juventude, se quer popular e, para tanto, pensa a veiculação dos conteúdos através de um registro que consiga facilmente ser compreendido pela periferia e usado como ferramenta de estudo nas escolas da região. Por fim, a AGENDA CT 2030 servirá para analisar os impactos e resultados obtidos durante estes seis anos que correrão e para ponderar em 2030 se a Cidade Tiradentes segue progredindo rumo ao desenvolvimento sustentável proposto pela ONU.

## **Acessibilidade**

- Intérprete de libras;
- Consultoria na concepção do projeto;
- Treinamento de equipe;
- Cordões de girassol;
- Impressão em Braille de material pedagógico e de divulgação;
- Mediadores inclusivos;
- *Tablets* com tecnologias assistivas;
- Transcrição de imagens de divulgação.

## **Democratização**

O curso de políticas públicas será democratizado por meio de iniciativas voltadas para garantir a inclusão e o acesso do público alvo, que são os jovens da periferia. Serão oferecidas formações gratuitas, assegurando que o conhecimento e as oportunidades de aprendizado estejam ao alcance de todos. Para facilitar a locomoção dos participantes, dado que o curso é itinerante e o bairro da Cidade Tiradentes possui grande extensão territorial, será fornecida uma ajuda de custo para o transporte. Além disso, a alimentação será garantida em todos os encontros, com a oferta de lanche coletivo ou marmita individual, conforme a proposta de cada sessão. Para evitar desigualdades visíveis, camisetas do projeto e kits com *ecobag*, caneta, caderneta, apostila pedagógica e marca páginas serão distribuídos a todos os participantes. Essas medidas visam garantir que todos os jovens possam participar plenamente das atividades e se beneficiar do curso, independentemente das suas condições financeiras ou logísticas.

## Plano de trabalho

### Pré-produção

#### MÊS 1

- Contratar consultoria de acessibilidade;
- Contratar equipe pedagógica;
- Aperfeiçoar plano pedagógico juntamente à equipe pedagógica e consultoria de acessibilidade;
- Elaborar apostila junto à equipe pedagógica e consultoria de acessibilidade
- Definir saídas a campo;
- Convidar ministrantes dos encontros;
- Elaborar texto do edital e formulário de inscrição;
- Aquisição de equipamento de projeção;
- Aquisição de impressora;
- Criação de identidade visual e artes de divulgação;
- Gravação de vídeo de divulgação;
- Impressão de *banner* e panfletos;
- Compra de cordões de girassol;
- Compra de materiais de papelaria para kit do aluno;
- Contratação de intérprete de libras.

#### MÊS 2

- Anunciar o curso nas redes sociais da Casa de Cultura Hip Hop Leste, Fogão Verde e parceiros, como escolas e centros culturais;
- Distribuir panfletos e pendurar *banners* em equipamentos culturais e escolas públicas;
- Colar lambe-lame pelo bairro;
- Gravar vinheta e distribuir no moto som;
- Promover anúncios por meio de tráfego pago;
- Realizar assessoria de imprensa em portais do bairro;
- Abrir inscrições virtuais através do Google Forms;
- Diagramação, impressão de encadernação das apostilas pedagógicas;
- Impressão em Braille das apostilas pedagógicas;
- Contratar mediadores inclusivos;
- Estamparia em camisetas e *ecobags*;

- Realizar entrevistas com inscritos para selecionar os participantes, caso exceda as 30 vagas disponíveis, através do Google Meet;
- Realizar matrícula dos selecionados através do Google Forms;
- Realizar treinamento de equipe em acessibilidade;
- Alugar *tablets* para tecnologias assistivas.

### **Produção**

#### **MÊS 3**

- Comprar insumos semanalmente para o lanche de cada encontro;
- Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente;
- Efetuar pagamento de ajuda de custo para ministrantes em suas respectivas semanas;
- Realizar encontro 1 junto ao Movimento Reaja, com duração de 4h;
- Distribuição das apostilas com textos de apoio e exercícios de reflexão;
- Realizar encontro 2 na Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes, com duração de 4h;
- Realizar encontro 3 na Casa de Cultura Hip Hop Leste, com duração de 4h;
- Realizar encontro 4 na Subprefeitura da Cidade Tiradentes, com duração de 4h.

#### **MÊS 4**

- Comprar insumos semanalmente para o lanche de cada encontro;
- Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente;
- Efetuar pagamento de ajuda de custo para ministrantes em suas respectivas semanas;
- Realizar encontro 5 no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, com duração de 4h;
- Realizar encontro 6 no Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial, com duração de 4h;
- Realizar encontro 7 na Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, com duração de 4h;
- Realizar encontro 8 no Hospital Cidade Tiradentes, com duração de 4h cada;
- Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo, de acordo com a política setorial proposta.

#### **MÊS 5**

- Comprar insumos semanalmente para o lanche de cada encontro;
- Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente;

- Efetuar pagamento de ajuda de custo para ministrantes em suas respectivas semanas;
- Realizar encontro 9 no Terminal de ônibus, com duração de 4h;
- Realizar encontro 10 no Centro de Formação Cidade Tiradentes, com duração de 4h;
- Realizar encontro 11 no Instituto Pombas Urbanas, com duração de 4h;
- Realizar encontro 12 no Centro Temporário de Acolhimento com duração de 4h;
- Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo, de acordo com a política setorial proposta.

## **MÊS 6**

- Comprar insumos semanalmente para o lanche de cada encontro;
- Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente;
- Efetuar pagamento de ajuda de custo para ministrantes em suas respectivas semanas;
- Realizar encontro 13 com a ONG Carolinas, com duração de 4h;
- Realizar encontro 14 com Centro de Cidadania LGBTI, com duração de 4h;
- Realizar encontro 15 na Horta Comunitária da Comunidade Jordânia, com duração de 4h;
- Realizar encontro 16 no Ecoponto, com duração de 4h;
- Realizar encontro 17 na Casa de Cultura Hip Hop Leste, com duração de 4h;
- Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo, de acordo com a política setorial proposta.

## **MÊS 7**

- Diagramar as propostas de políticas públicas dos alunos em uma agenda virtual;
- Imprimir 500 unidades da AGENDA CT 2030 e disponibilizar versão em PDF para alunos e interessados;
- Imprimir 50 unidades da AGENDA CT 2030 em Braille;
- Distribuir AGENDA CT 2030 virtualmente e presencialmente em escolas, centros culturais e equipamentos públicos;

## **Pós-produção**

## **MÊS 8**

- Pagamento de cachês;
- Prestação de contas;
- Elaboração de declaração de atividades realizadas;

- Elaboração de relatório;
- Realizar *clipping*.



## Histórico do coletivo

O Fogão Verde surgiu durante a pandemia, com o objetivo de estimular seus espectadores a adotarem hábitos saudáveis durante o confinamento. Desde sua fundação, o projeto busca, através do viés alimentício, propor debates políticos sobre a saúde, especismo e, mais recentemente (e devido à urgência da discussão), sobre a crise climática.

Em 2021, a iniciativa lançou seu primeiro projeto presencial: o evento Perifa Sustentável, que surgiu da necessidade de pensar nas mudanças climáticas e os impactos ambientais nas periferias. O evento foi realizado no Parque Linear da Consciência Negra, na Cidade Tiradentes, e nele ocorreram palestras, oficinas e bate-papos sobre educação ambiental e ecológica.

No ano seguinte, após ser contemplado pelo edital da SECEC RJ, Perifa Sustentável se tornou uma websérie com três episódios de oficinas práticas a serem feitas dentro de casa, além de estimular os jovens de periferia a repensarem suas práticas cotidianas e os impactos ambientais destas.

Por fim, em 2023, juntamente a alunas de Naturologia da Universidade Anhembi Morumbi e em parceria com a Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes, promoveu uma série de encontros sobre saúde, denominado “Bem-Estar na Periferia”. Tendo o público idoso como alvo, nos encontros foram estimulados hábitos saudáveis, como a alimentação, o sono e as medicinas tradicionais.

A ideia da AGENDA CT 2030 surgiu através do Fórum Rio, onde a Casa Fluminense apresentou Agendas Locais de bairros. Nestas agendas, a própria população sugere mudanças para a gestão municipal, então, logo pensamos

que o nosso bairro também precisa se posicionar e exigir mudanças efetivas na vida cotidiana.



## **ANEXO 1 – Plano Pedagógico**

### Módulo 1: História da CT

#### **Encontro 1: "Cidade Formal" no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (4h)**

Objetivo: Introduzir a história da COHAB, CDHU e políticas públicas relacionadas à gentrificação do Centro de São Paulo

Atividades: Dinâmica de integração, entrega dos kits do aluno, aula expositiva e debate com representantes do Movimento Reaja, que são contrários à desapropriação de imóveis na região.

#### **Encontro 2: "Cidade Informal" na Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes (4h)**

Objetivo: Discutir o contexto da imigração e a criação de assentamentos informais.

Atividade: Roda de conversa com moradores, oficina de mapeamento das ocupações informais no bairro com suas respectivas características, seguido de uma discussão.

### Módulo 2: Democracia e participação popular - ODS 17

#### **Encontro 3: "O que são os ODS?" na Casa de Cultura Hip Hop Leste (4h)**

Objetivo: Compreender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a cooperação internacional.

Atividade: Aula expositiva de casos de cooperação internacional, dinâmica de reflexão sobre exemplos e falhas de modelos de sustentabilidade e atividade em grupo para elaboração de um miniprojeto sobre como os ODS podem ser aplicados localmente.

#### **Encontro 4: "Poder Executivo e Poder Legislativo no Âmbito Municipal" na Subprefeitura de Cidade Tiradentes (4h)**

Objetivo: Entender a estrutura e funcionamento dos poderes executivo e legislativo municipais.

Atividade: Roda de conversa com representante da subprefeitura sobre as funções de cada poder, seguido de uma simulação cênica onde os participantes simulam papéis de vereadores e prefeitos na discussão de implementação de políticas públicas.

#### **Encontro 5: "Agendas Locais" no Centro de Formação Cidade Tiradentes (4h)**

Objetivo: Explorar a criação e a importância de agendas locais.

Atividade: Aula de demonstração de agendas locais em outras regiões, seguida de uma atividade em grupo para identificar as similaridades e diferenças entre os problemas das agendas com os problemas presentes no bairro.

### Módulo 3: Políticas setoriais

#### Justiça racial

**Encontro 6:** "Direito à Memória - ODS 4 e ODS 10" no Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial (4h)

Objetivo: Preservar a memória e abordar desigualdades raciais.

Atividade: Aula magistral com especialista jurídico e testemunhos de violência racial, seguido de atividade em grupo para desenvolver um projeto de preservação da memória do bairro com sugestões de políticas públicas.

**Encontro 7:** "Direito à Habitação - ODS 6 e ODS 11" na Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (4h)

Objetivo: Discutir questões de habitação e moradias em risco.

Atividade: Roda de conversa com líderes comunitários, seguido da criação de um plano de ação para a melhoria das condições habitacionais com base nas discussões.

**Encontro 8:** "Direito à Vida - ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 10, ODS 16" no Hospital Cidade Tiradentes (4h)

Objetivo: Abordar as questões de saúde e segurança no bairro.

Atividade: Visita guiada com ênfase em mostrar como o hospital enfrenta desafios relacionados às estatísticas de saúde e as dificuldades encontradas, seguido de atividade em grupo para criação de propostas para políticas públicas de saúde com foco em melhorias.

#### Justiça econômica

**Encontro 9:** "Direito à Mobilidade Urbana - ODS 9 e ODS 11" no Terminal de Ônibus (4h)

Objetivo: Discutir a mobilidade urbana e seus desafios.

Atividade: Roda de conversa com dados atuais de locomoção e projeções futuras de mobilidade, seguido de atividade de proposição de melhorias para o transporte público e a infraestrutura de mobilidade.

**Encontro 10:** "Direito à Oportunidade de Emprego - ODS 1, ODS 8, ODS 9, ODS 10" no Centro de Formação Cidade Tiradentes (4h)

Objetivo: Abordar a questão do emprego e oportunidades econômicas.

Atividade: Aula dialogada incluindo estudos de caso e histórias de profissionais CLT, PJ e autônomos no mercado de trabalho, seguido de oficina para criação de plano de desenvolvimento econômico local, focando na geração de empregos e capacitação de empreendedores.

**Encontro 11:** "Direito à Cultura e Esporte - ODS 4 e ODS 8" no Instituto Pombas Urbanas (4h)

Objetivo: Analisar a oferta cultural e esportiva na região.

Atividade: Assistir a apresentação do espetáculo “Florilégio” do grupo Pombas Urbanas, seguido de roda de conversa para desenvolver propostas de expansão e acessibilidade de equipamentos culturais e esportivos.

### Justiça de gênero

**Encontro 12:** “Direito à Educação Sexual - ODS 3, ODS 4, ODS 5 e ODS 10” no Centro Temporário de Acolhimento (4h)

Objetivo: Discutir a educação sexual e suas implicações sociais.

Atividade: Aula magistral com estatísticas e exemplos reais para demonstrar a importância da educação sexual, seguido de oficina para criação de formas de conscientização e educação voltadas para a prevenção e apoio.

**Encontro 13:** “Direito à Igualdade de Gênero - ODS 5 e ODS 10” com ONG Carolinas

Objetivo: Discutir a violência de gênero e promover a igualdade. (4h)

Atividade: Roda de conversa com depoimentos e histórias de mulheres, seguido de oficina de desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para enfrentar a violência de gênero.

**Encontro 14:** “Direito à Liberdade Sexual e de Gênero - ODS 10” com Centro de Cidadania LGBTI (4h)

Objetivo: Abordar a questão da liberdade sexual e de gênero.

Atividade: Aula dialogada com estudos de caso para discutir os desafios enfrentados pela comunidade LGBTI, seguido de oficina para proposição de políticas públicas para promover a inclusão e combater a homofobia e transfobia.

### Justiça climática

**Encontro 15:** “Direito à Alimentação Orgânica e Sustentável - ODS 2, ODS 3, ODS 12, ODS 13 e ODS 15” na Horta Comunitária da Comunidade Jordânia (4h)

Objetivo: Discutir a alimentação sustentável e a importância das hortas urbanas.

Atividade: Visita guiada e conversa com agricultores, atividades práticas de plantio e colheita no contexto urbano e oficina de desenvolvimento de propostas de políticas públicas para promover hortas urbanas e alimentação saudável.

**Encontro 16:** “Direito à Tecnologias Sustentáveis - ODS 7, ODS 12, ODS 13” no Ecoponto (4h)

Objetivo: Explorar o impacto das tecnologias sustentáveis e a gestão de resíduos.

Atividade: Aula dialogada com estatísticas de coleta de resíduos sólidos e os efeitos do descarte incorreto, visita guiada pela operação de coleta e tratamento de resíduos, seguida de uma oficina de proposição de políticas públicas para incentivar a reciclagem e inovação na reutilização de materiais descartáveis.

**Encontro 17:** “Direito ao Saneamento Básico e Água Potável - ODS 6, ODS 14 e ODS 15” (4h)

Objetivo: Compreender os desafios e soluções relacionadas ao saneamento básico e ao acesso à água potável.

Atividade: Aula dialogada sobre os problemas de saneamento básico e acesso à água e como a falta de saneamento afeta a saúde pública e o meio ambiente, seguido de atividade em grupo de debate e criação de políticas públicas para melhorar o saneamento básico e o acesso à água potável. Por fim, realizaremos uma dinâmica de encerramento, com reflexão sobre o aprendizado do curso e a entrega dos certificados.

<b>NOME DO PROJETO: Agenda CT 2030</b>					
<b>Recursos Humanos</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Designer Gráfico	1	SERVIÇO	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Produtor Executivo	1	MÊS	8	R\$ 1.800,00	R\$ 14.400,00
Coordenador pedagógico	1	MÊS	6	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
Assistente pedagógico	1	MÊS	6	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
Direção de Produção	1	MÊS	8	R\$ 1.600,00	R\$ 12.800,00
Direção de Comunicação	1	MÊS	7	R\$ 1.600,00	R\$ 11.200,00
Assistente de produção	1	MÊS	7	R\$ 1.000,00	R\$ 7.000,00
Fotógrafo	1	MÊS	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00
Ajuda de custo dos ministrantes	1	SERVIÇO	17	R\$ 300,00	R\$ 5.100,00
				Sub-total	R\$ 72.300,00
<b>Recursos materiais</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Canetas BIC	50	VERBA	1	R\$ 2,00	R\$ 100,00
Resma de papel almoço	2	VERBA	1	R\$ 50,00	R\$ 100,00
Pranchetas	5	VERBA	1	R\$ 7,00	R\$ 35,00
Resma de papel sulfite	2	VERBA	1	R\$ 32,00	R\$ 64,00
Pincel	2	VERBA	1	R\$ 5,00	R\$ 10,00
Cola branca	1	VERBA	1	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Cadernetas	30	VERBA	1	R\$ 27,00	R\$ 810,00
Estamparia de camisetas	60	VERBA	1	R\$ 29,90	R\$ 1.794,00
Estamparia de ecobags	60	VERBA	1	R\$ 27,30	R\$ 1.638,00
Diagramação e impressão apostila pedagógica	30	VERBA	1	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
Encadernação de apostila pedagógica	30	VERBA	1	R\$ 30,00	R\$ 900,00
Impressora Multifuncional tanque de tinta Mega Tank G3110	1	VERBA	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
Impressão certificados de conclusão	30	VERBA	1	R\$ 5,00	R\$ 150,00
Diagramação e impressão AGENDA CT 2030	1	SERVIÇO	1	R\$ 4.890,00	R\$ 4.890,00
				Sub-total	R\$ 13.063,00

<b>Comunicação</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Banner personalizado 2,20 x 70 cm	1	ITEM	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
1.000 panfletos	1	SERVIÇO	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
Tráfego pago em mídias sociais	1	SERVIÇO	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Lambe-Lambe A3	1	ITEM	60	R\$ 7,00	R\$ 420,00
Anúncio pago em portais do bairro	1	SERVIÇO	4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
				Sub-total	R\$ 2.920,00
<b>Infraestrutura</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Transporte alunos	30	VERBA	17	R\$ 20,00	R\$ 10.200,00
Transporte equipe	7	VERBA	17	R\$ 20,00	R\$ 2.380,00
Transporte ministrantes	1	VERBA	17	R\$ 20,00	R\$ 340,00
Projeto Smart Screen Linux 4500 Lumens Multilaser	1	VERBA	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Alimentação	38	VERBA	17	R\$ 20,00	R\$ 12.920,00
				Sub-total	R\$ 27.040,00
<b>Acessibilidade</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Consultoria para plano pedagógico inclusivo	1	VERBA	1	R\$ 400,00	R\$400,00
Treinamento de equipe	1	VERBA	1	R\$ 500,00	R\$500,00
Intérprete de libras	2	VERBA	17	R\$ 300,00	R\$10.200,00
Impressão em braille	1	ITEM	2	R\$ 650,00	R\$1.300,00
Cordões de girassol	1	VERBA	1	R\$ 90,00	R\$90,00
Mediador inclusivo	2	VERBA	17	R\$ 300,00	R\$10.200,00
Aluguel de tablets para tecnologias assistivas	2	DIÁRIA	17	R\$ 120,00	R\$4.080,00
				Sub-total	R\$ 26.770,00
<b>Outros</b>					
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE UNID</b>	<b>VALOR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Tarifa bancária Banco do Brasil	1	MÊS	8	R\$ 14,55	R\$116,40
				Sub-total	R\$ 116,40
				Valor final	R\$ 142.209,40

CRONOGRAMA				
Atividade	Local de realização da atividade	Produto a ser apresentado	Responsável	Prazo
PRÉ-PRODUÇÃO				
Contratar consultoria de acessibilidade	Atividade remota	Currículos	Produtor executivo	MÊS 1
Contratar equipe pedagógica	Atividade remota	Currículos	Produtor executivo	MÊS 1
Aperfeiçoar plano pedagógico juntamente à equipe pedagógica e consultoria de acessibilidade	TEIA Cidade Tiradentes	Plano pedagógico	Coordenador pedagógica	MÊS 1
Elaborar apostila junto à equipe pedagógica e consultoria de acessibilidade	TEIA Cidade Tiradentes	Apostila pedagógica	Coordenador pedagógica	MÊS 1
Definir saídas a campo	TEIA Cidade Tiradentes	Cronograma de saídas	Coordenador pedagógica	MÊS 1
Convidar ministrantes dos encontros	Atividade remota	Plano pedagógico	Produtor executivo	MÊS 1
Elaborar texto do edital e formulário de inscrição	Google Forms	Edital e formulário de inscrição	Coordenador de produção	MÊS 1
Criação de identidade visual e artes de divulgação	Atividade remota	Estacionário	Coordenador de comunicação	MÊS 1
Aquisição de equipamento de projeção	Atividade remota	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 1
Aquisição de impressora	Atividade remota	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 1
Gravar vídeo de divulgação do curso	Atividade remota	Vídeo de divulgação	Coordenador de comunicação	MÊS 1
Impressão de banner e panfletos	Art Graphic	Nota fiscal	Coordenador de comunicação	MÊS 1
Compra de cordões de girassol	Atividade remota	Nota fiscal	Coordenador de produção	MÊS 1
Compra de materiais de papelaria para kit do aluno	Atividade remota	Nota fiscal	Coordenador de produção	MÊS 1
Contratação de intérprete de libras	Atividade remota	Currículos	Produtor executivo	MÊS 1
Anunciar o curso nas redes sociais do Casa de Cultura Hip Hop Leste, Fogão Verde e parceiros, como escolas e centros culturais	Atividade remota	Clipping	Coordenador de comunicação	MÊS 2
Distribuir panfletos e pendurar banners em equipamentos culturais e escolas públicas	Instituições culturais e de ensino	Clipping	Coordenador de produção	MÊS 2
Colar lambe-lambe pelo bairro	Atividade remota	Clipping	Coordenador de produção	MÊS 2
Gravar vinheta e distribuir no moto som	Atividade remota	Clipping	Coordenador de comunicação	MÊS 2
Promover anúncios por meio de tráfego pago	Atividade remota	Clipping	Coordenador de comunicação	MÊS 2
Realizar assessoria de imprensa em portais do bairro	Atividade remota	Clipping	Coordenador de comunicação	MÊS 2
Abrir inscrições virtuais através do Google Forms	Atividade remota	Google Forms	Coordenador de produção	MÊS 2
Diagramação, impressão de encadernação das apostilas pedagógicas	Art Graphic	Apostilas pedagógicas	Coordenador de produção	MÊS 2
Contratar mediadores inclusivos	Atividade remota	Currículos	Produtor executivo	MÊS 2
Impressão em braille das apostilas pedagógicas			Produtor executivo	MÊS 2
Estamparia em camisetas e ecobags		Nota fiscal	Coordenador de produção	MÊS 2
Realizar entrevistas com inscritos para selecionar os participantes, caso exceda as 30 vagas disponíveis, através do Google Meet	Google meet		Produtor executivo	MÊS 2
Realizar matrícula dos selecionados através do Google Forms	Google Forms	Cadastro dos participantes	Coordenador de produção	MÊS 2
Realizar treinamento de equipe em acessibilidade	Centro de Formação Cultural CT		Treinador PCD	MÊS 2
Alugar tablets para tecnologias assistivas	Atividade remota	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 2



PRODUÇÃO				
Comprar insumos para lanches semanalmente para cada encontro	Mercados	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 3
Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 3
Efetuar pagamento cachê para ministrantes em sua respectiva semana	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 3
Realizar encontro 1 junto ao Movimento Reaja com duração de 4h	Centro de Formação Cultural CT	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 3
Distribuição das apostilas com textos de apoio e exercícios de reflexão	Centro de Formação Cultural CT	Apostilas pedagógicas	Produtor executivo	MÊS 3
Realizar encontro 2 com duração de 4h	Fábrica de Cultura CT	Registros fotográficos	Cordenador de produção	MÊS 3
Realizar encontro 3 com duração de 4h	Casa Hip Hop Leste	Registros fotográficos	Cordenador de produção	MÊS 3
Realizar encontro 4 com duração de 4h	Subprefeitura de Cidade Tiradentes	Registros fotográficos	Cordenador de produção	MÊS 3
Comprar insumos para lanches semanalmente para cada encontro	Mercados	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 4
Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 4
Efetuar pagamento cachê para ministrantes em sua respectiva semana	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 4
Realizar encontro 5 com duração de 4h	Centro de Formação Cultural CT	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 4
Realizar encontro 6 com duração de 4h	Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 4
Realizar encontro 7 com duração de 4h	Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 4
Realizar encontro 8 com duração de 4h	Hospital Cidade Tiradentes	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 4
Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo de acordo com a política setorial proposta		Relatório de aulas	Coordenador pedagógico	MÊS 4
Comprar insumos para lanches semanalmente para cada encontro	Mercado	Nota fiscal	Produtor executivo	MÊS 5
Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 5
Efetuar pagamento cachê para ministrantes em sua respectiva semana	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 5
Realizar encontro 9 com duração de 4h	Terminal de ônibus	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 5
Realizar encontro 10 com duração de 4h	Centro de Formação Cultural CT	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 5
Realizar encontro 11 com duração de 4h	Instituto Pombas Urbanas	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 5
Realizar encontro 12 com duração de 4h	Centro Temporário de Acolhimento	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 5
Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo de acordo com a política setorial proposta		Relatório de aulas	Coordenador pedagógico	MÊS 5
Comprar insumos para lanches semanalmente para cada encontro	Mercado	Nota fiscal	Coordenador de produção	MÊS 6
Distribuição de auxílio transporte para alunos semanalmente	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 6
Efetuar pagamento cachê para ministrantes em sua respectiva semana	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 6
Realizar encontro 13 com a ONG Carolinas com duração de 4h	Instituto Pombas Urbanas	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 6
Realizar encontro 14 com Centro de Cidadania LGBTI com duração de 4h	Fábrica de Cultura CT	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 6
Realizar encontro 15 com duração de 4h	Horta Comunitária da Comunidade Jordânia	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 6
Realizar encontro 16 com duração de 4h	Ecoponto	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 6
Realizar encontro 17 com duração de 4h	Casa de Cultura Hip Hop Leste	Registros fotográficos	Coordenador de produção	MÊS 6

Elaborar propostas de políticas públicas a cada encontro do 3º módulo de acordo com a política setorial proposta		Relatório de aulas	Coordenadora pedagógica	MÊS 6
Diagramar as propostas de políticas públicas dos alunos em uma agenda virtual	Art Graphic	AGENDA CT 2030	Produtor executivo	MÊS 7
Imprimir 500 unidades da AGENDA CT 2030 e disponibilizar versão em PDF para alunos e interessados	Art Graphic	AGENDA CT 2030	Produtor executivo	MÊS 7
Imprimir 50 unidades da AGENDA CT 2030 em braille	Art Graphic	AGENDA CT 2030	Produtor executivo	MÊS 7
Distribuir AGENDA CT 2030 virtualmente e presencialmente em escolas, centros culturais e equipamentos públicos	Instituições culturais e de ensino	Mapeamento de locais distribuídos	Coordenador de produção	MÊS 7
PÓS-PRODUÇÃO				
Pagamento de cachês	Atividade remota	Comprovante de PIX	Produtor executivo	MÊS 8
Prestação de contas	Atividade remota	Informativo de despesas	Produtor executivo	MÊS 8
Elaboração de declaração de atividade realizadas	Atividade remota	Declaração de atividade realizadas	Produtor executivo	MÊS 8
Elaboração de relatório final	Atividade remota	Relatório final	Produtor executivo	MÊS 8
Realizar clipping	Atividade remota	Clipping	Coordenador de comunicação	MÊS 8